

O 'NOVÍSSIMO PRÍNCIPE'. GRAMSCI E A RECONSTRUÇÃO DA TEORIA MARXISTA DO PARTIDO

Geraldo Magella Neres¹

Marcos del Roio²

Resumo: É somente nos “Cadernos do cárcere”, através da fórmula política cristalizada no ‘moderno Príncipe’, que a teoria gramsciana do partido político atinge a sua configuração definitiva. Além do diálogo direto com as formulações leninianas e com aquelas posteriormente desenvolvidas pela Internacional Comunista (IC), é também perceptível os ecos da interlocução crítica com a sociologia elitista do partido político de Robert Michels. Em grande medida, é graças a esse *approach* crítico, e não sectário, que Gramsci pôde produzir uma das mais originais reflexões sobre a organização partidária dentro da tradição marxista, enfrentando as questões então negligenciadas da burocratização e da oligarquização dos partidos operários, fornecendo, assim, uma possível superação teórica para a tese elitista da inevitabilidade da cisão entre os interesses do núcleo dirigente partidário e os interesses de sua referência social. O objetivo deste trabalho é recuperar algumas contribuições de Gramsci para a reconstrução da teoria do partido revolucionário nos dias de hoje.

Palavras-chave: Partido revolucionário; ‘Moderno Príncipe’; Antonio Gramsci.

Abstract: It is only in his Prison Notebooks, through the political formula crystallized in the 'Modern Prince', that gramscian theory of the political party reaches its final configuration. Beyond to direct dialogue with the leninian formulations and those subsequently developed by the Communist International, is also noticeable echoes of critical dialogue with elitist sociology of the political party of Robert Michels. Largely, is thanks to this critical and nonsectarian approach that Gramsci could produce one of the most original reflection on the party organization within the Marxist tradition, facing the issues previously neglected of oligarchyization and

bureaucratization of workers' parties, thus providing a possible theoretical overrun for the inevitability of elitist thesis of split between the party leader's core interests and the interests of their social reference. The objective of this work is to restore some contributions of Gramsci to the reconstruction of theory of the revolutionary party today.

Keywords: Revolutionary Party; 'Modern Prince'; Antonio Gramsci.

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva marxista de estudo do partido político segue uma abordagem metodológica bastante específica quando comparada com a perspectiva liberal. Em oposição à perspectiva liberal, que tem como seu objeto de estudo o fenômeno partidário em geral, apreendendo o partido político como um fenômeno sociológico e circunscrevendo o seu funcionamento ao contexto da democracia liberal, delimitando as esferas de atuação e o conteúdo programático dos partidos aos limites estabelecidos pelo jogo democrático burguês, a teoria marxista delimita o seu objeto de estudo como sendo o partido revolucionário. Esta delimitação específica altera radicalmente os contornos da reflexão sobre o partido, introduzindo questionamentos exclusivos e reivindicando uma função estratégica para a organização partidária que transcende os limites ideológicos estabelecidos pela concepção liberal. Além disso, fica evidente que, na concepção marxista, o partido é muito mais do que uma mera associação contingente de indivíduos com interesses comuns (concepção sociológica), adquirindo o estatuto de um sujeito político coletivo, unificado pela práxis fornecida pelo conhecimento teórico das condições gerais do desenvolvimento da luta de classes.

A função privilegiada do partido dentro da tradição marxista é facilmente explicável. Para as classes subalternas, que não dispõem da posse dos meios de produção e nem do controle do Estado – e que, exatamente por isso, são subalternas – o partido aparece como a instância mais importante na afirmação de sua identidade antagonista. Neste sentido, a reflexão marxista sobre a organização partidária procura responder a questões teóricas e políticas bastante precisas. Fundamentalmente, dada a situação concreta de exploração e de

dominação de classe vigentes na sociedade capitalista, a questão central colocada pela teoria marxista do partido é a seguinte: como a organização política das classes subalternas deve ser estruturada para que uma nova vontade coletiva possa ser construída?

Porém, em decorrência de sua complexidade, essa indagação fundamental não pode ser respondida diretamente. Para respondê-la, torna-se necessário proceder a uma investigação teórica mais pormenorizada, abordando uma série de questões paralelas que ocupam o centro da reflexão marxista sobre o partido, desde seus primórdios, definindo o próprio enfoque de sua abordagem: a) a questão da consciência de classe, que busca explicar o desenvolvimento da consciência socialista entre as massas trabalhadoras; b) a relação entre a classe e sua organização política, procurando esclarecer as semelhanças e distinções entre o ser empírico da classe e sua representação organizativa formal e, finalmente, c) a definição da estrutura do partido, estabelecendo os paradigmas organizativos apropriados para as diferentes conjunturas nas quais se desenvolve a luta concreta das classes subalternas.

É evidente que, apesar de comportar elementos universais, a maioria das respostas a essas questões é transitória e conjuntural. Consequentemente, as diversas teorias do partido concebidas pelos autores marxistas são concepções que traduzem as condições concretas da luta de classes de suas épocas, mais do que modelos canonizados e válidos para todas as situações históricas. De modo que não existe uma teoria marxista geral do partido político, pois a sua estrutura organizativa é determinada não só pelo contexto histórico internacional da luta de classes, mas também pelo quadro das relações de força existente entre as classes no interior de cada formação social particular: em suma, os modelos organizativos são fluidos, historicamente determinados e destinados a transformações constantes.

É neste sentido preciso que reivindicamos que a reflexão desenvolvida por Antonio Gramsci durante a primeira metade do século XX, apesar de conformada no calor das batalhas ideológicas de sua época, pode fornecer elementos importantes para a reconstrução contemporânea da teoria marxista do partido revolucionário. Com isso, o que queremos dizer é que Gramsci propôs soluções teóricas e políticas – ainda que enunciadas de modo fragmentário e jamais aplicadas na prática – que nos permitem responder de modo propositivo à acerba crítica anunciada pela

sociologia elitista michelsiana já em 1911 e referendada pela práxis organizativa do movimento operário ao longo de todo o restante do século XX. Dizendo de outro modo, queremos sinalizar que algumas intuições organizativas desenvolvidas por Gramsci podem nos indicar alternativas de superação teórica aos problemas de burocratização e de oligarquização que marcaram indistintamente todas as experiências de construção da organização partidária do proletariado no século passado.

2 AS PRIMEIRAS FORMULAÇÕES SISTEMÁTICAS SOBRE A CONCEPÇÃO DE PARTIDO (1925-1926)

O último período de liderança de Gramsci à frente do PCI, pois fora eleito secretário-geral do partido desde agosto de 1924, coincide com o momento de sua primeira sistematização da teoria do partido que vinha desenvolvendo desde sua estadia em Moscou. Para sermos mais exatos, as ideias e intuições que Gramsci vinha debatendo com seus companheiros mais próximos entre 1923 e 1924, no contexto da polêmica travada contra o sectarismo esquerdista de Amadeo Bordiga, ganham, enfim, organicidade e articulação lógica nos textos produzidos nesse período: o avanço em direção ao movimento de refundação comunista do século XX, apenas indicado na polêmica anterior com a extrema esquerda, desdobra-se agora numa nova síntese política original que elevará a novos patamares as contribuições herdadas de Lenin e dos bolcheviques.

Este desenvolvimento fica bastante evidente nas “Teses de Lyon”, redigidas em parceria com Togliatti entre agosto e setembro de 1925, para serem discutidas no III Congresso do PCI, em 1926. Neste momento, após assimilar a fórmula política leniniana da ‘frente única’ como a estratégia mais adequada à revolução socialista, Gramsci identifica o sujeito potencial da revolução italiana na aliança entre operários e camponeses, sob a hegemonia do proletariado industrial. Porém, não bastava simplesmente identificar os sujeitos potenciais da revolução socialista, era preciso suscitar no proletariado italiano e em seus aliados estratégicos uma consciência antagônica resoluta e uma firme identidade ideológica autônoma para passar do momento de preparação àquele da efetiva insurreição revolucionária. O único organismo capaz de desempenhar estas funções, como o exemplo russo havia demonstrado, era um partido comunista inteiramente comprometido com a revolução

proletária. É por isso que os esforços de Gramsci se voltam inteiramente para a transformação do PCI num verdadeiro partido ‘bolchevique’ (GRAMSCI, 2004b, p. 341-342).

O cerne da ‘bolchevização’ do PCI, assim como apreendido por Gramsci, pode ser expresso em quatro pontos fundamentais: 1) implica na reformulação profunda de sua ideologia, através da substituição do sectarismo esquerdista pelo leninismo, 2) na estruturação do partido segundo uma forma específica de organização, capaz de assegurar a sua coesão interna e a eficácia de sua intervenção política, 3) na sua integração orgânica à classe operária, criando-se um vínculo real entre a vanguarda comunista e o movimento de massas e, por fim, 4) na definição da tática e da estratégia adotadas pelo partido com base nas condições objetivas da luta política e no nível de organização alcançado pelo movimento de massas, e não em princípios formais sectários (GRAMSCI, 2004b, p. 342). A resposta a este conjunto de problemas configura o modelo de partido desenvolvido por Gramsci neste momento importante de transição para o período de maturidade, indicando a sua dinâmica interna de funcionamento, a forma organizativa a ser adotada e a relação a ser estabelecida entre o partido e sua referência social (a classe operária e seus aliados estratégicos).

O primeiro ponto indicado por Gramsci estabelece a necessidade de adoção de uma completa unidade ideológica do PCI em torno das aquisições políticas desenvolvidas por Lenin e pelos bolcheviques. Entretanto, a conquista da unidade ideológica do PCI exigia, primeiramente, superar algumas de suas deficiências teóricas congênicas, representadas pelo perigo de possíveis desvios tanto de direita quanto de esquerda. Os dois tipos de desvios são vistos como entraves à capacidade do PCI de manter viva a perspectiva da revolução socialista e de conquistar a hegemonia sob a maioria da população trabalhadora italiana. Todavia, em decorrência da liderança da corrente esquerdista de Bordiga durante todo o período inicial de construção do PCI, o combate ao desvio de esquerda exigia maior empenho do partido.

O principal equívoco da ideologia esquerdista, a partir do qual todos os outros se originam (a indicação da função do partido e da forma de determinação de sua tática), consiste na definição do partido “[...] como um ‘órgão’ da classe operária, que se constitui pela síntese de elementos heterogêneos” (GRAMSCI, 2004b, p. 345). A correção deste equívoco

implica em resgatar as contribuições teóricas leninianas, definindo o partido de modo a destacar “[...] o fato de que ele é uma ‘parte’ da classe operária” (GRAMSCI, 2004b, p. 345). A definição do partido considerando-se o seu conteúdo social sublinha o caráter de classe do partido comunista, em oposição ao modelo interclassista dos partidos socialdemocratas típicos da Segunda Internacional, superando a possibilidade de influências ideológicas pequeno-burguesas sobre a direção do partido comunista, como se verificou no PSI durante o *bienio rosso*.

Por outro lado, o segundo ponto do processo de ‘bolchevização’ sublinhado por Gramsci estabelece os elementos de base³ e a solidez da organização do partido comunista. Ele retoma uma concepção já desenvolvida anteriormente, quando de sua polêmica com a extrema-esquerda bordiguista, que converte os problemas organizativos em problemas políticos, indicando que a dupla função exigida do PCI (forjar uma identidade antagônica e guiar o proletariado na insurreição revolucionária) só poderá ser alcançada através da adoção das células profissionais como componentes básicos do organismo partidário (GRAMSCI, 2004b, p. 348-349). Além disto, a organização com base na produção também resolve outro problema fundamental do partido proletário, que é o da formação e seleção de seus quadros dirigentes. A célula por local de trabalho apresenta-se como o mecanismo ideal para selecionar diretamente do seio da própria classe operária os dirigentes partidários (GRAMSCI, 2004b, p. 350-351).

O terceiro ponto fundamental da ‘bolchevização’ do PCI, conforme indicado por Gramsci, aborda a questão da relação entre o partido e a classe operária. Esta questão, também recorrente nas diversas teorias marxistas da organização proletária, é central para indicar a função a ser desempenhada pelo partido revolucionário. Nesta questão específica, a ‘bolchevização’ significa reformular a função indicada ao partido pela ideologia esquerdista, que era reduzida apenas àquela de preparar quadros políticos revolucionários, sem participar diretamente da luta política cotidiana (daí a defesa do abstencionismo político por Bordiga), pela função “[...] de guiar a classe em todos os momentos, através do esforço para manter-se em contato com ela em face de qualquer mudança da situação objetiva” (GRAMSCI, 2004b, p. 345). Somente assim, o movimento espontâneo das massas operárias poderia ser guiado pela

intervenção consciente do centro dirigente partidário, possibilitando uma intervenção política resoluta e compacta por parte do proletariado. Em função disto, Gramsci sugere algumas medidas práticas capazes de superar o sectarismo característico da antiga linha política bordiguista, criando as condições para enraizar profundamente o PCI no movimento de massa da classe operária, a saber: 1) aumentar o número de inscritos do partido e aprofundar sua formação política; 2) delegar tarefas práticas a todos os filiados; 3) instituir uma coordenação unitária das diversas atividades desenvolvidas pelo partido; 4) construir uma direção coletiva dos organismos dirigentes centrais do partido; 5) aumentar a presença dos militantes comunistas entre as diversas lutas parciais das massas trabalhadoras; 6) desenvolver a autonomia executiva e a iniciativa dos dirigentes que compõem o aparelho partidário e 7) intensificar a preparação para a luta clandestina, mantendo e ampliando o contato com as massas (GRAMSCI, 2004b, p. 354-355).

O quarto e último ponto do processo de ‘bolchevização’ do PCI defendido por Gramsci aborda o processo de definição da tática e da estratégia pelo partido comunista. Também neste quesito, trata-se de substituir a elaboração da tática “com base em preocupações formalistas”, como ocorria sob a hegemonia da concepção esquerdista de Bordiga, pela sua determinação “em função das situações objetivas e da posição das massas” (GRAMSCI, 2004b, p. 345). Contudo, é este último ponto dentre os quatro indicados por Gramsci como definidores da identidade comunista da organização proletária que permite a reconstrução de sua teoria do partido, situando-a no quadro geral da elaboração política desenvolvida neste período.

A questão tática e estratégica é importante porque coloca o problema fundamental da direção da classe operária e de seus aliados pelo partido revolucionário. O partido não dirige a classe “através de uma imposição autoritária vinda de fora”, reivindicando, de modo formal, que ele é “o órgão revolucionário desta classe” (GRAMSCI, 2004b, p. 356), e que a classe deve, automaticamente, aceitar a sua liderança, como concebia a extrema-esquerda bordiguista. O partido revolucionário só pode conquistar a legitimidade de dirigir a classe operária, na medida em que ele,

[...] ‘efetivamente’ se revele capaz – enquanto parte da classe operária – de se ligar a todos os segmentos de tal classe e de imprimir à massa um movimento na direção desejada e que encontre respaldo nas condições objetivas. Somente em consequência de sua ação entre as massas é que o Partido poderá fazer com que essas o reconheçam como ‘seu’ partido (conquista da maioria); e somente quando tal condição se efetivar é que o Partido pode presumir que está sendo seguido pela classe operária. (GRAMSCI, 2004b, p. 356).

3 A CONFORMAÇÃO DEFINITIVA DA TEORIA DO PARTIDO NOS “CADERNOS DO CÁRCERE”: O ‘MODERNO PRÍNCIPE’ COMO SUPERAÇÃO DA CRÍTICA MICHELSIANA

Nos “Cadernos do cárcere”, além de traduzir sua concepção do partido revolucionário na linguagem conceitual da nova síntese teórica da ‘filosofia da práxis, Gramsci também procura responder à crítica michelsiana da inevitabilidade da burocratização e oligarquização do partido proletário. Como se sabe, em sua obra máxima, publicada ainda em 1911, Robert Michels (1982) propôs a ‘lei de bronze da oligarquia’, que estabeleceria com rigor determinista a inexorabilidade da cisão antagonica entre os interesses de reprodução da organização partidária e os interesses próprios de sua referência social. Com efeito, mesmo que originariamente motivado pela instauração do autogoverno das massas, a própria constituição formal do partido operário representaria o passo inicial do processo de oligarquização de seu funcionamento, substituindo os anseios democráticos originais pela progressiva salvaguarda dos interesses de seu vértice dirigente. Neste processo inexorável, a cisão entre os interesses de sua base social de apoio e os interesses da direção partidária seria a consequência direta da constituição da organização e do caráter psicológico passivo das massas populares. Se, sem organização, a luta política dos operários se torna impossível pela dispersão de forças, tão logo tenha início a constituição de sua organização partidária, com a delegação de poderes pelas massas a seus representantes, instala-se a tendência ineliminável de oligarquização, com o crescente divórcio entre dirigentes e dirigidos, entre chefes e seguidores.

Gramsci chega a propor uma exposição sistemática da reformulação de sua teoria do partido nos escritos carcerários. Trata-se da sugestão de escrever um hipotético trabalho sobre o ‘moderno Príncipe’, no qual a elaboração madura de sua teoria do partido revolucionário seria apresentada com base no modelo de exposição adotado por Nicolau Maquiavel em “O Príncipe”. A alusão a este pretendido projeto de estudo é integrada ao primeiro parágrafo do “Caderno 13”, redigido entre 1932-1934, segundo a proposta então adotada de sistematização e reagrupamento temático das notas presentes nos cadernos miscelâneos anteriores, iniciada com o “Caderno 10”. Entretanto, esta ideia é anterior a esta fase de redação dos “Cadernos do cárcere”, aparecendo já no parágrafo 21 do “Caderno 8”, escrito entre 1931-1932, cujo sugestivo título é exatamente “O moderno Príncipe” (GRAMSCI, 2001, p. 951). Ou seja, tal trabalho, utilizando-se de recursos estilísticos e literários, fundindo a ideologia socialista com a ciência política marxista na forma dramática do ‘mito’, através da personificação das ações políticas necessárias deveria indicar à classe progressiva de nossa época como construir uma nova “vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna” (Gramsci, 2001, p. 1560).

Infelizmente, esta apresentação sistemática de sua concepção definitiva de partido não chegou a ser escrita. Tal exposição bem que poderia ter tomado o formato de um caderno especial, inteiramente dedicado à questão do partido revolucionário. No entanto, mesmo na sua ausência, a linha unitária de investigação que se desdobrou do hipotético trabalho planejado por Gramsci – a pesquisa sobre o jacobinismo, a inquirição histórica sobre o processo de formação da ‘vontade coletiva’ nacional-popular e a análise minuciosa sobre a dinâmica de funcionamento da ‘reforma intelectual e moral’ ou da afirmação ‘molecular’ de uma nova concepção de mundo, sem contar as diversas abordagens aproximativas sobre a concepção do partido político e de sua forma progressista de organização⁴ –, temas centrais constitutivos do que deveria ser a estrutura do trabalho conjecturado, acabou conformando de modo profundo a totalidade de sua reflexão política carcerária. Deste modo, embora fragmentária e não inteiramente explicitada, manifesta mais na articulação de suas diversificadas notas temáticas do que numa exposição logicamente concatenada, é possível derivar do conjunto de suas referências a Nicolau Maquiavel os lineamentos essenciais – mesmo

que inconclusos e difusos – da pretendida sistematização da teoria do ‘moderno Príncipe.

Embora não exista nos “Cadernos do cárcere” um modelo organizativo minucioso e sistemático, é possível extrair das notas dedicadas à temática organizativa, importantes *insights* sobre o tipo de estruturação interna que deveria nortear a edificação da nova forma-partido preconizada por Gramsci através da fórmula do moderno Príncipe. A discussão sobre a questão organizativa tem seu núcleo básico fixado desde cedo, já no parágrafo 75 do “Caderno 2”, onde Gramsci define os eixos que guiarão a sua reflexão sobre o tema. Ao eleger como problema de pesquisa a refutação teórica da tese michelsiana da inevitabilidade da oligarquização dos partidos políticos, incluindo-se o próprio partido operário, Gramsci estabelece o ponto a partir do qual convergirá toda a sua reflexão sobre a organização partidária nos “Cadernos do cárcere”⁵.

Deste modo, o ponto de partida para apreendermos a estrutura organizativa do moderno Príncipe consiste exatamente na identificação das hipóteses iniciais formuladas por Gramsci a partir de sua crítica à concepção oligárquica de partido proposta por Michels. Em primeiro lugar, porque é no parágrafo 75 do “Caderno 2” que, pela primeira vez, nos “Cadernos do cárcere”, pelo menos de modo consistente, é colocada a necessidade de aprofundar a discussão sobre a estrutura organizativa do partido revolucionário⁶. Em segundo lugar, mas não menos importante, porque é exatamente no parágrafo 75 do “Caderno 2” que Gramsci elabora as hipóteses fundamentais que serão desenvolvidas ao longo dos “Cadernos do cárcere”, principalmente através da contraposição entre ‘centralismo democrático’ e ‘centralismo burocrático’, que conformarão o modelo de organização partidária capaz de superar a famosa ‘lei de bronze da oligarquia’, formulada por Robert Michels.

O que podemos deduzir das citações literais do artigo de Michels feitas por Gramsci, e das várias glosas que lhe seguem, é que, mesmo sem dispor no cárcere do livro de 1911⁷, ele identificou de modo bastante preciso as suas principais teses. Assim, Gramsci identifica não só a proposição mais importante da sociologia do partido de Michels, aquela que lhe fornece todo arcabouço lógico-explicativo, que reivindica a existência de uma lei de bronze da oligarquização, que prevê com rigor determinista a inexorável distinção entre os interesses da base partidária e

os interesses de seus dirigentes, mas também alguns de seus desdobramentos secundários, como a constituição de diferenciações ou funções especializadas no interior do partido e a conseqüente burocratização na tomada de decisões⁸. No entanto, apesar de reconhecer as deficiências metodológicas e o esquematismo da concepção michelsiana de partido, Gramsci considera que suas ideias “[...] são interessantes como coleta de material bruto e de observações empíricas e díspares” (GRAMSCI, 2001, p. 237).

Porém, ao distinguir democracia partidária de democracia na esfera do Estado, Gramsci restabelece o conteúdo de classe presente na oposição entre dirigentes e dirigidos, superando os pressupostos abstratos dos quais partia Michels. Se os dirigentes provêm de uma classe social diferente daquela de sua base de sustentação, a organização realmente estará condenada à oligarquização e ao burocratismo, como ficou evidente nos sindicatos e nos partidos socialdemocratas vinculados à Segunda Internacional. Todas as organizações operárias lideradas pela pequena-burguesia naufragaram inexoravelmente na oligarquização e na burocratização. Porém,

[...] se não existe diferença de classe, a questão torna-se puramente técnica – a orquestra não crê que o regente seja um patrão oligárquico – de divisão do trabalho e de educação, isto é, a centralização deve levar em conta que nos partidos populares a educação e o ‘aprendizado’ político se verificam em grande parte através da participação ativa dos seguidores na vida intelectual – discussões – e organizativa dos partidos (GRAMSCI, 2001, p. 236).

Mas será suficiente esperar resolver este problema apenas através da prerrogativa da composição proletária do partido revolucionário, que, desde as “Teses de Lyon”, era concebido como o partido de uma única classe? Isto é, a composição proletária do partido seria suficiente para se evitar tanto o dirigismo sectário quanto a cisão entre os interesses do aparelho partidário e os interesses de sua referência social, própria do reformismo socialdemocrático? A composição proletária do moderno Príncipe, por si só, como um ato taumaturgico, seria suficiente para assegurar a vigência de uma relação profundamente democrática entre dirigentes e dirigidos?

O próprio Gramsci demonstra estar insatisfeito com esta solução inicial, pois reconhece que reduzir o problema da existência da divisão entre dirigentes e dirigidos no interior do partido revolucionário a uma questão exclusivamente técnica – isto é, a uma questão de divisão interna do trabalho partidário, sem qualquer conteúdo de classe (daí a metáfora do regente e da orquestra) –, ainda que justa sob certos aspectos, significa ignorar a crescente complexificação e especialização da atividade política, sobretudo daquela envolvida na direção partidária. Este problema adicional, que remete ao papel destacado dos intelectuais no interior do partido revolucionário, exige a construção de mecanismos organizativos inovadores, já vislumbrados nas “Teses de Lyon”, quando Gramsci defende a célula profissional como base de organização do partido, capazes de formar um amplo estrato de dirigentes intermediários, extraídos diretamente da massa e que deveriam permanecer organicamente vinculados a ela, ainda que exercendo funções dirigentes (GRAMSCI, 2001, p. 236-237).

O aprofundamento das hipóteses que Gramsci estabelece a partir de seu confronto com Michels – e que deveriam fornecer os fundamentos organizativos do ‘moderno Príncipe’ – tem início no parágrafo 68 do “Caderno 9”, quando ele institui uma contraposição funcional entre ‘centralismo democrático’ e ‘centralismo burocrático’. O conteúdo da fórmula do centralismo democrático foi estabelecido por Lenin em 1902, através da publicação de seu livro “Que fazer?”. No entanto, o conceito leniniano só passou a ser utilizado amplamente pelo movimento operário internacional após a vitória da Revolução bolchevique e a fundação da Terceira Internacional. Neste contexto político específico, a referência ao centralismo democrático servia para indicar uma determinada forma de estrutura organizativa dos partidos comunistas, marcada pela direção centralizada, pela homogeneidade ideológica dos militantes e pela rígida disciplina imposta pelo Comitê Central na aplicação da linha política decidida pelas instâncias deliberativas do partido. Por outro lado, nos “Cadernos do cárcere”, apesar de manter esta definição como pano de fundo, Gramsci acaba ampliando o seu conteúdo, para incluir outras realidades sociais que não constavam de sua formulação original.

Gramsci começa o parágrafo 68 do “Caderno 9” delimitando a sua concepção ampliada de ‘centralismo’, que passa a incluir vários campos novos, além daquele diretamente vinculado à estruturação interna do

partido revolucionário. Em seguida, Gramsci introduz as distinções que separam o ‘centralismo democrático’ do ‘centralismo burocrático’. O primeiro tipo de centralismo, o único efetivamente capaz de criar uma articulação orgânica entre as forças econômicas e políticas que precisam ser organizadas, apresenta as características de um “‘centralismo’ em movimento”, de “uma contínua adequação da organização ao movimento real”, combinando “os impulsos oriundos de baixo com o comando pelo alto”, permitindo, assim, “uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção” e assegurando a “acumulação regular das experiências” (GRAMSCI, 2001, p. 1634). Já o ‘centralismo burocrático’ apresenta características radicalmente opostas: constitui-se numa forma enrijecida de organização e unificação das forças econômicas e políticas, negadora do dinamismo vitalizador que garante o afluxo regular dos elementos provenientes da base para o vértice da organização, isolando o grupo dirigente de sua referência social, criando as condições adequadas para a oligarquização e para a burocratização previstas por Michels. Em suma, podemos dizer que a distinção fundamental entre ‘centralismo democrático’ e ‘centralismo burocrático’ reside precisamente no tipo de relação que se estabelece entre líderes e liderados, na forma como se administra politicamente a inevitável conformação de diferenciações ou especializações técnicas que, forçosamente, deverão ocorrer no interior da organização em questão: se esta relação é de natureza inclusiva, se a atuação da vanguarda respeita e fortalece a ligação orgânica com a base de sua referência social, o tipo de organização dado às forças econômicas e políticas (o funcionamento do partido, do Estado, do sindicato etc.) será o ‘centralismo democrático’; se esta relação é de natureza restritiva, fundada no isolamento do grupo dirigente e na aplicação burocrática da linha política, o tipo de organização erigido só poderá se basear no ‘centralismo burocrático’.

O corolário imediato da adoção do ‘centralismo democrático’ é a introdução de um novo tipo de disciplina no interior do partido. No parágrafo 48 do mesmo “Caderno 14”, ao reverberar os ecos das advertências contidas na sociologia oligárquica do partido de Michels, Gramsci define a disciplina partidária “não como acolhimento servil e passivo de ordens, como execução mecânica de tarefas”, “mas como uma assimilação consciente e lúcida da diretriz a realizar” (GRAMSCI, 2001, p.

1706). A disciplina partidária é, então, apreendida não como uma imposição extrínseca, imposta de fora por um Comitê Central onisciente, como ocorre quando o partido é concebido como um ‘órgão da classe’ (como no caso do bordiguismo e do stalinismo); porém, como uma exemplificação concreta de liberdade, que, ao invés de anular a personalidade do militante, apenas “limita o arbítrio e a impulsividade irresponsável” (Idem, p. 1706), unificando as vontades individuais numa ‘vontade coletiva’ estável, capaz de intervir conscientemente na realidade histórica, pois o partido é concebido e sentido como uma parte orgânica da classe, não como um corpo distinto e separado. Neste caso, a disciplina adquire um forte componente de convicção, pois a autoridade que lhe requisita obediência emana legitimamente de uma deliberação ‘democrática’. Ou seja, “se a autoridade for uma função técnica especializada e não um ‘arbítrio’ ou uma imposição extrínseca e exterior, a disciplina é um elemento necessário de ordem democrática, de liberdade” (GRAMSCI, 2001, p. 1707). Contudo, nada impede que, em situações determinadas, quando as decisões já tenham sido democraticamente tomadas, a disciplina na execução das ações planejadas não tenha que ser imposta de modo rígido pelo Comitê Central.

4 CONCLUSÃO – OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS À TEORIA MARXISTA DO PARTIDO: A NECESSIDADE DO ‘NOVÍSSIMO PRÍNCIPE’

Atualmente, a teoria marxista do partido revolucionário se encontra confinada entre o desafio de unificar as vontades individuais numa vontade coletiva capaz de intervir politicamente e a descrença generalizada por parte das classes subalternas no partido como veículo de emancipação e de aplicação do programa comunista. Assim, o problema organizativo contemporâneo pode ser traduzido na seguinte fórmula: necessidade objetiva impostergável do ‘novíssimo Príncipe’ como articulador de uma nova vontade coletiva contra-hegemônica que se oponha radicalmente ao ‘capitalismo zumbi” e negação da organização formal partidária como instrumento de autoemancipação por parte das classes subalternas. Embora essa questão não decorra somente da incapacidade de funcionamento democrático demonstrada pelos partidos comunistas ao longo do século XX, que, majoritariamente, tornaram-se

presas do burocratismo e da oligarquização de sua estrutura organizativa, inviabilizando, assim, o programa de autoemancipação comunista original, a crise atual do partido proletário também deve muito ao descrédito na própria ideia comunista neste início do século XXI. Após a ressaca utópica que se seguiu ao esgotamento de um inteiro ciclo histórico iniciado com a revolução bolchevique de 1917, aliada a uma intensa campanha ideológica na mídia mundial pelas forças anticomunistas, parece que o próprio projeto comunista perdeu parte de sua força de atração.

A descrença no projeto comunista e a crise das organizações proletárias constituem os dois problemas principais a serem resolvidos pela ‘refundação comunista’ do século XXI. De modo sumário, poderíamos definir a ‘refundação comunista’ como um processo teórico-prático de atualização do marxismo aos desenvolvimentos concretos do modo de produção capitalista. E, como tal, a ‘refundação comunista’ implica a articulação orgânica entre elaboração teórica e experimentação prática: a primeira é necessária para a compreensão da dinâmica de funcionamento do capitalismo em sua fase de desenvolvimento contemporâneo, traduzindo, assim, o projeto comunista para o século XXI, e a segunda para a constituição de formas de organização, capazes de fornecer eficácia tática à práxis política emancipatória das classes subalternas.

É, sobretudo, com relação a essa segunda questão que um retorno à concepção gramsciana de organização pode fornecer elementos importantes para a reconstrução contemporânea da teoria do partido revolucionário. A superação da sociologia elitista do partido tornou-se nos últimos tempos um dos mais persistentes desafios à teoria política marxista. Neste sentido, apesar do caráter fragmentário da conformação definitiva da teoria do partido delineada por Gramsci nos “Cadernos do cárcere”, os mecanismos organizativos inovadores e as medidas políticas propostos por ele aparecem como uma contribuição importante para a reconstrução da teoria marxista da organização. A extração das lideranças do meio proletário, a formação de um amplo extrato médio de militantes, que articule moral e intelectualmente o vértice partidário com a base do partido, a aplicação efetiva do ‘centralismo democrático’ (e não sua versão caricata que predominou ao longo do século XX) e, principalmente, a constante formação teórico-política dos militantes, através de um programa de elevação cultural de massa, são os mecanismos iniciais que

poderão resgatar a confiança das massas populares no partido comunista como veículo da emancipação social. Conseqüentemente, é a partir destes elementos que poderemos iniciar a reconstrução das organizações políticas proletárias, estabelecendo um vínculo orgânico com o novo proletariado que se constitui e criando o único tipo de disciplina capaz de criar os próprios sujeitos de sua autoemancipação.

Notas

¹ Professor do Curso de Ciências Sociais da Unioeste/Campus de Toledo e doutor em Ciências Sociais. Endereço eletrônico: geraldomagellaneres@yahoo.com.br.

² Professor do Curso de Ciências Sociais da Unesp/Campus de Marília e doutor em Ciência Política. Endereço eletrônico: delroio@terra.com.br.

³ A expressão indica o tipo de grupo fundamental que constitui a base da organização típica dos diversos modelos de partidos políticos modernos: o comitê (específico dos primeiros partidos burgueses), a seção (criada pelos partidos socialistas ou socialdemocratas e, depois, copiada pelos partidos burgueses), a célula (desenvolvimento organizativo que demarca a emergência dos partidos comunistas ligados à Terceira Internacional) e a milícia (elemento de base do partido fascista). É a reunião destas unidades básicas de organização, efetuada através de instituições coordenadoras, que definirá as distintas estruturas organizativas dos partidos (DURVEGER, 1980, p. 52-53).

⁴ No parágrafo 34 do “Caderno 14”, intitulado de “Partidos políticos e funções de polícia”, Gramsci propõe critérios para definir a função progressiva ou regressiva dos partidos: “De resto, o funcionamento de um dado partido fornece critérios discriminantes: quando o partido é progressista, funciona ‘democraticamente’ (no sentido de um centralismo democrático); quando o partido é reacionário, funciona ‘burocraticamente’ (no sentido de um centralismo burocrático). Neste segundo caso, o partido é puro executor, não deliberante: ele, então, é tecnicamente um órgão de polícia e seu nome de Partido político é uma pura metáfora de caráter mitológico” (GRAMSCI, 2001, p. 1692).

⁵ Convém ressaltar que, apesar da centralidade da interlocução com Michels para a reformulação da estrutura organizativa do partido revolucionário, sua presença nos “Cadernos do cárcere” é secundária. O parágrafo 75 do “Caderno 2” é aquele de maior relevância no conjunto de cerca de 14 referências ao sociólogo ítalo-germânico ao longo dos “Cadernos do cárcere”.

⁶ A reformulação da organização do partido revolucionário, através da construção de mecanismos internos que assegurem o seu funcionamento democrático e a sua vinculação orgânica às massas proletárias, decorre, principalmente, da necessidade de garantir a eficácia de sua intervenção política. Contudo, as notas carcerárias sobre esta questão podem também ser vinculadas à necessidade de combater o sectarismo organizativo que se difundia para os partidos comunistas europeus após a virada sectária da IC em 1928-1929 (estabelecida pelo VI Congresso e referendada pela Décima Conferência do Executivo Ampliado da IC), que enrijecia ainda mais o PCI e o isolava do movimento de massas de resistência ao fascismo.

⁷ Nos “Cadernos do cárcere” Gramsci trava uma interlocução com Michels a partir da leitura do artigo “Les partis politiques et la contrainte sociale”, publicado no “Mercure de France”, em 1º de maio de 1928. Apesar de possuir duas edições de “Sociologia dos Partidos Políticos”, tanto a edição francesa de 1919 quanto a edição italiana de 1924 - e, muito provavelmente, ter lido o livro antes da prisão - Gramsci não pôde consultá-las no cárcere.

⁸ As citações literais de trechos selecionados do artigo de Michels são seguidas por comentários nos quais Gramsci assinala estas teses como sendo: 1) “tendência à oligarquia” e 2) “complexidade progressiva da atividade política” (Gramsci, 2001, p. 236).

⁹ A metáfora indica que o capitalismo contemporâneo em crise é um ‘morto-vivo’ (HARMAN, 2009).

REFERÊNCIAS

BANDIOU, Alain et al. **Sobre la Idea del comunismo**. Buenos Aires: Paidós, 2010.

BUEY, Francisco Fernández. **Leyendo a Gramsci**. Barcelona: El Viejo Topo, 2001.

CAFAGNA, Luciano et al. **Le tesi di Lione: riflessioni su Gramsci e la storia d’Italia**. Milano: Franco Angeli, 1990.

CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo: Livraria Editora Ciências, 1982.

DEL ROIO, Marcos. **Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)**. São Paulo: Xamã, 2005.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos, v. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos, v. 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere, v. 1:** 1926-1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere, v. 2:** 1931-1937. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere.** Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana, 4 v. Torino: Einaudi Tascabili, 2001.

HARMAN, Chris. **Zombie Capitalism** Global Crisis and relevance of Marx. London: Bookmarks Publications, 2009.

NERES, Geraldo Magella. **Gramsci e o 'moderno Príncipe'** – a teoria do partido nos *Cadernos do cárcere*. Tese (doutorado – Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2012.